

Nós, noves fora



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

Com a maior satisfação, tenho a consciência de que participei com Raúl Alfonsín, a quem sempre reverencio, da exclusão do Brasil e da América do Sul da corrida nuclear mundial, a mais fatal de todas as corridas, enquanto existir na face da Terra uma arma nuclear. A declaração mais séria que presenciamos nessa desbragada guerra de palavras a que estamos assistindo foi, para mim, a declaração do ex-presidente da Rússia Dmitry Medvedev, porta-voz do Sr. Putin para declarações dessa natureza, ameaçando os EUA com o arsenal nuclear russo. Por sua vez, o sempre irreverente Trump desloca dois submarinos nucleares, portadores de bombas atômicas, para posição estratégica em direção ao seu inimigo nuclear. Ambos devem saber que tal confronto é impossível porque seria não só o desaparecimento deles, como de grande parte do mundo. Nós sabemos que essas potências — Rússia e USA — possuíam Estados Maiores que não deixariam esses irresponsáveis fazer coisas como essa de deflagrar um confronto, mas a situação interna dos dois países hoje saiu das mãos dos militares e depende apenas da vontade dos dois presidentes. Assim, o que nos preocupa é que essa retórica está indo num crescendo que pode fugir do controle.

Essa troca de ameaças, por coincidência, ocorre quando o mundo relembra, neste 6 agosto, o 80º aniversário da tragédia de Hiroshima, em que morreram 140 mil pessoas e outras tantas sobreviventes foram atingidas pela radiação, dando sinal do que ocorrerá com a humanidade quando forem lançadas as 8 mil bombas que estão armazenadas pelas duas potências adversárias. A de Hiroshima era uma bomba pequena e a primeira do mundo. Calculemos o que serão as atuais de hidrogênio e com capacidade de destruição incalculável!

Lembremos o episódio dos foguetes russos em Cuba, ao tempo de Kennedy, em outubro de 1962. Estivemos à beira de um confronto. Os americanos não poderiam aceitar a ameaça de armas atômicas russas a 90 milhas do seu território. Então, depois de longa negociação, os russos retiraram essas armas e, em compensação, os EUA ficaram obrigados a não invadir Cuba, o que respeitamos até hoje, e sofreram a pregação cubana da Revolução, mobilizando movimentos populares e outras manifestações. Mas o acordo foi assinado por Krushchev e Kennedy.

Agora tenho que relatar mais uma vez que Brasil e Argentina e toda a América do Sul somos a única região da Terra fora da corrida nuclear, que já vimos estar sendo ampliada, com a Coreia do Norte, com outro dirigente fora da curva, Kim Jong-Un; o Paquistão e a Índia; e, por último — depois de cancelar o acordo internacional de supervisão nuclear —, a incursão americana no Irã, com o bombardeio da usina nuclear de Fordow, para evitar que mais um perigoso país tenha uma arma tão poderosa numa área tão radicalizada pela separação religiosa e política.

Quando assumi a Presidência do Brasil, a única área que eu tinha total liberdade de agir era a da política externa, pois esta não fazia parte dos compromissos assumidos na política interna. Assim, eu me preparei para que, no primeiro encontro com Alfonsín, em Foz do Iguaçu, e mais tarde na cidade argentina de Bariloche, ele fizesse a proposta de acabar com aquilo que alguns setores militares de nossos países queriam: uma bomba nuclear. Ao contrário, decidimos promover uma política de aproximação de nossos países, o que foi feito, o que hoje é o Mercosul.

Alfonsín saiu de Itaipu tendo visitado a nossa grande hidroelétrica, o que lhe custou grandes censuras do Almirante Rosas, líder da corrente que achava ser nossa usina uma “bomba de água” que iria destruir Buenos Aires (pensamento louco!). Essa posição do nosso irmão argentino custou ao grande presidente Raúl Alfonsín, excepcional estadista das Américas, duas rebeliões internas e muitos problemas. Mas ele, como eu, estava com os olhos plantados na humanidade, em nossos povos. Assim, hoje, pode-se dizer, com o título deste artigo — invocando a fórmula matemática, noves fora, zero —, que estamos livres de qualquer confronto nuclear. Mas isso não nos livra de lutar contra as armas nucleares, em qualquer lugar do mundo.

Outro dia, uma funcionária de minha casa disse-me ao ouvir a notícia do deslocamento do submarino de Trump: “Doutor Sarney, graças a Deus estamos fora dessa.” Eu lhe respondi: “Sim, e eu tenho orgulho de ter ajudado a tirar o Brasil dessa situação.” E fechei: “Com ajuda divina e do presidente Alfonsín, da Argentina.”

Graças a Deus!

Caio Gomez



Liderança feminina em grandes empresas, não tem mais como andar devagar



» MAGDA CHAMBRIBARD
Presidente da Petrobras

Recentemente, a Petrobras alcançou uma marca histórica: pela primeira vez em quase 72 anos, a diretoria da Petrobras é composta por uma maioria de mulheres. Além de mim, Magda Chambriard, integram a alta liderança quatro diretoras: a recém-empossada Angélica Laureano, Clarice Coppetti, Renata Baruzzi e Sylvia Anjos.

A celebração é necessária, mas esse marco desperta o questionamento: por que é tão raro ver mulheres no topo de grandes empresas nacionais e internacionais? A pergunta requer a atenção das lideranças das organizações e de todos nós. Apesar dos avanços nos últimos anos, a presença feminina em cargos de alta liderança no Brasil e no mundo é uma questão. No Brasil, esse desafio se apresenta de forma contundente quando analisamos estudos sobre sub-representação de mulheres no mercado de trabalho e nos níveis executivos.

Conforme dados do Instituto de Economia Aplicada, o acesso ao mercado de trabalho como um todo já é desigual, o que se intensifica, obviamente, no topo. Afinal, quem chega ao topo se sequer não tem acesso à linha de partida? “Em 2022, 63% da população com idade para trabalhar participava da força de trabalho. Isto significa que essa população estava ocupada ou tomando providências para achar uma ocupação. Aqui já destacamos a

primeira desigualdade: apenas 52% das mulheres negras e 54% das mulheres brancas participavam do mercado de trabalho remunerado. Entre os homens esse percentual era de 75% para os negros e 74% para os brancos.”

Entre as mais de 80 empresas que integram o Ibovespa, apenas três têm CEOs mulheres, sendo que duas dessas (Petrobras e Banco do Brasil) são estatais. A quarta edição do estudo “Mulheres em Ações”, elaborado pela B3 em 2024, com dados de 359 empresas listadas na Bolsa, indica que 56% das empresas não têm mulheres entre seus diretores e 37% não têm mulheres em conselhos de administração. Em relação à questão racial, a pesquisa apontou que 98,6% das empresas declararam não ter diretor estatutário preto e 87,7% não possuem diretores estatutários pardos. Conclui-se que mulheres negras estão ainda mais distantes das cadeiras dos altos escalões.

Nesse aspecto, se a Petrobras comemora a maioria de mulheres em sua diretoria, é fruto de um trabalho constante e da gestão comprometida com a diversidade. Entre outras ações, o Conselho de Administração aprovou sua Política de Diversidade, Equidade e Inclusão em 2023 e instituiu metas para 2029: 25% de mulheres e 25% de pessoas negras em posições de liderança.

Para acelerar esse processo de transformação, temos investido em programas estruturados que já demonstram resultados. A Mentoria Feminina da Petrobras, por exemplo, contou com a participação de 105 mentoradas, das quais 46,6% já ascenderam a posições de liderança. Na mesma linha, reconhecendo os desafios específicos enfrentados por pessoas negras no ambiente corporativo, desenvolvemos a Mentoria Negritudes Petrobras, parte de um Programa de Equidade Racial mais amplo.

No campo das políticas públicas, o Brasil tem avançado. Exemplo disso foi a aprovação recente pelo Senado Federal de projeto de lei que reserva 30% das vagas nos conselhos de administração de companhias abertas e de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas.

Outra importante iniciativa é o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais Federais. São 35 empresas, incluindo a Petrobras, que representam cerca de 6% do PIB nacional e empregam mais de 436 mil pessoas. É uma clara demonstração do compromisso com ações de valorização das diferenças e inclusão de pessoas de grupos sub-representados.

A presença reduzida feminina em cargos de liderança configura não apenas um desequilíbrio estrutural nas organizações, mas também um nível menor de utilização de um potencial estratégico essencial à inovação, à diversidade de pensamento e ao desempenho sustentável. Segundo diversas pesquisas, empresas com maior presença feminina apresentam melhor desempenho em relação a suas empresas-pares, além de atraírem mais talentos.

Voltando à pergunta do início deste artigo, é importante termos a consciência de que a equidade de gênero requer intencionalidade, para que decisões sejam tomadas e se transformem em ações efetivas, promovendo mudanças reais e duradouras. Diversidade não é apenas fazer o certo — é vantagem competitiva. As instituições precisam caminhar juntas para construir um mercado de trabalho onde a presença das mulheres possa ser uma constante.

Quando uma mulher chega ao topo, puxa outras, representa e inspira uma coletividade que avança ao encontrar as oportunidades.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@adabr.com.br



Clima pesado

Há muito, a ciência deixou de ser um oráculo distante para se tornar um alerta constante. O aquecimento global, que antes parecia uma previsão para tempos distantes, instalou-se em nosso cotidiano com a violência dos desastres e a urgência de um ultimato. A temperatura da Terra sobe, os termômetros quebram recordes, os ciclos naturais se desorganizam, e a humanidade, com seus 8 bilhões de habitantes, parece andar com um carambano sobre a cabeça.

Não estamos diante de um problema técnico. A emergência climática escancarou a falência de um modelo de desenvolvimento que insiste em confundir crescimento com destruição, progresso com esgotamento. Enquanto o planeta clama por responsabilidade, parte considerável da liderança mundial se entretém com a repetição cínica de velhos vícios: guerras inúteis, agricultura predatória, mineração selvagem, tudo embalado pelo discurso do lucro e pela indiferença de quem vê na natureza apenas recurso a explorar.

Ainda soa inacreditável que, em pleno colapso climático, haja países devotados ao desmatamento sistemático, à erosão da biodiversidade, à extração de combustíveis fósseis em áreas sensíveis, tudo isso sob a falsa justificativa da soberania econômica. O negacionismo climático já não se expressa apenas por palavras, mas por atos deliberadamente destrutivos, disfarçados de política de Estado.

No Brasil, o retrato é trágico. Incêndios em série, enchentes históricas, calor recorde, frio acentuado e uma sucessão de tragédias que deveriam bastar para mobilizar uma política pública à altura da crise. Mas, não. As reações oficiais ainda se limitam a movimentos tímidos, muitas vezes cosméticos, como a criação de entidades burocráticas de nome sonoro e função incerta. A “Autoridade Climática”, por exemplo, surge como resposta tardia e genérica a um problema que se agrava em tempo real.

Fala-se em emergência climática em uma linha do telefone, enquanto na outra linha emite-se a autorização à prospecção de petróleo na Foz do Amazonas e ao asfaltamento da BR-319, em plena Amazônia. Ambos os projetos enfrentam oposição técnica, científica e ambiental, mas avançam como se o debate estivesse encerrado. O apetite desenvolvimentista, travestido de modernização, parece ignorar que há limites ecológicos intransponíveis.

Pior: o Brasil ocupa hoje o posto de maior importador mundial de agrotóxicos proibidos em seus países de origem. O “pacote do veneno”, aprovado no Congresso, é o maior sintoma de que o interesse de grandes conglomerados agrícolas se sobrepõe ao direito à vida, ao solo fértil e à água limpa. A agricultura, que poderia alimentar uma nação e o mundo, se tornou vetor de contaminação ambiental em larga escala.

Exportações de alimentos brasileiros continuam a ser observadas na Europa, não por questões comerciais, mas por exigências mínimas de segurança ambiental. São boicotes que falam mais alto do que os discursos vazios de quem, em território nacional, insiste em tratar a pauta ambiental como um entrave ideológico ou um luxo de países ricos. No fundo, sabe-se que não é nem um nem outro: é apenas uma questão de sobrevivência.

Velha conhecida da história brasileira, a mineração continua a abrir crateras nas entranhas do território, entregando riquezas a empresas estrangeiras que, como sempre, abandonam atrás de si um rastro de destruição e passivos ambientais impagáveis. Desde o ciclo do ouro, a lógica colonial do extrativismo não mudou, apenas ganhou tratores novos, propaganda moderna e a convivência de um sistema político ainda voltado para ganhos imediatos.

Monocultura, grilagem de terras públicas, o avanço sobre áreas de preservação, tudo isso integra um modo de produção que sacrifica o amanhã em nome do agora. E, ao contrário da economia, a pauta ambiental não elege ninguém. Por isso, segue invisível nas campanhas, nos debates e nas prioridades orçamentárias.

Enquanto isso, os sinais se multiplicam. Rios secam, cidades colapsam, zonas costeiras desaparecem. Mas a resposta política continua descolada da realidade climática. Entre relatórios técnicos e notas de repúdio, seguimos entorpecidos, como passageiros de um navio em rota de colisão.

Mais do que promessas é o que a emergência climática exige. Exige ruptura. Exige coragem para contrariar lobbies poderosos, para reverter subsídios danosos, para taxar o carbono, para proteger biomas inteiros e proteger o que é precioso no solo. Exige, sobretudo, que a política deixe de ser cúmplice da catástrofe.

Ontem, Lula e Marina estiveram em reunião para decidir sobre os vetos ao PL do licenciamento ambiental. Vamos acompanhar os resultados. Enfrentar a crise climática é uma emergência. Não há mais tempo. Ou nos levantamos como civilização para encarar a realidade com a gravidade que ela impõe, ou aceitaremos, sem resistência, um futuro que será breve, tóxico e irreversível.

A frase que foi pronunciada:

“As leis da natureza não mudam em função das nossas necessidades”

Marina Silva

História de Brasília

É a medida mais acertada, para solução de uma vez. 48 casas do BNDE não resolvem situação dos professores, e o plano de construir 300 casas, sendo 150 este ano, e 150 no próximo, dá caráter mais sério à solução, que é indicada pelo sr. Sette Câmara. (Publicada em 8/5/1962)